Expediente PM 62/93

CM 134/93



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

LEI nº

١

Convalida a alienação de velocito lo e diversos bens inservíveis de propriedade do Município, através de lei-

GERSON VEIT, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a segui \underline{n} te

L E I:

Art. 1° - Fica convalidada a alienação de veículo e diversos bens inservíveis de propriedade do Município, descritos no Edital n° 01/93, de 02 de junho de 1993, realizada através de Leilão no dia 25 de junho de 1993, em atendimento ao disposto no art. 90 da Lei Orgânica do Município.

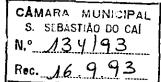
Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de junho de 1993.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

GERSON VEIT
Prefeito Municipal

Rua Marechal Floriano Fleixoto, 426 - CEP 95.760-000 - São Sebastião do Caí - Fone: (051) 635-10-66







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

O anexo projeto de lei objetiva convalidar a aliena ção de veículo e diversos bens inservíveis de propriedade do Município, descritos no Edital em anexo, realizada através de leilão no dia 25 de junho.

O leilão foi um sucesso como pode ser observado através da Ata, com o preço de venda dos objetos superando em muito o
preço mínimo de avaliação, e obedeceu todas as determinações contidas
no Decreto-lei 2300/86 (vigente na época da publicação do Edital), porém por uma interpretação equivocada da Lei Orgânica do Município, o
leilão foi realizado sem autorização legislativa, conforme determina o
art. 90 da Lei Orgânica.

Tanto o Decreto-lei 2.300/86 (já revogado) e a Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública, estabelecem que a alienação de bens móveis não está condicionada a autorização legislativa (art. 17, inciso II da Lei nº 8.666/93). A autorização legislativa é condicionante obrigatória para a alienação de bens imóveis. A Lei Orgânica anterior também fazia a mesma distinção, ou seja, exigia a autorização legislativa somente para a venda de bens imóveis.

Procurando cumprir o disposto na legislação federal acabamos descumprindo o disposto na Lei Orgânica do Município.

Na certeza de que os Senhores Vereadores saberão en tender os motivos que originaram esta falha, peço a aprovação do pre-

sente projeto de lei.

GERSON VEIT Prefeito Municipal